



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de Osasco**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Osasco, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de Osasco, objeto deste documento.

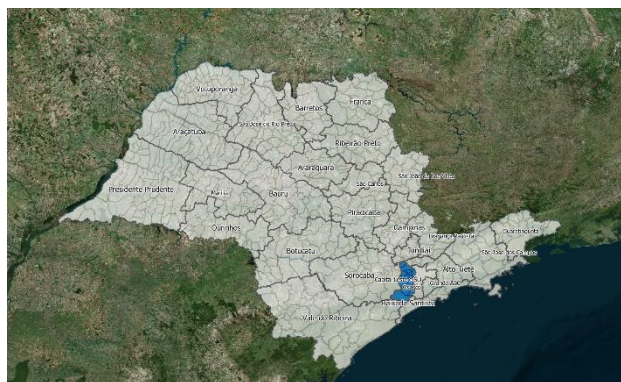


Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de Osasco**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise. Cada uma delas se alinha a questões referentes às sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.

(PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário; e

- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes utilizadas consistem, principalmente, das versões mais recentes de bancos de dados públicos como os mantidos por: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra de municípios do estado de São Paulo.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando a produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e

a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A população da região distribuiu-se em 15 municípios dos quais a maioria (66%) possuem mais de 100.000 habitantes. Osasco e Carapicuíba são as únicas cidades a ultrapassarem a marca de 400.000 habitantes, ao abrigarem 698.418 e 400.927 pessoas, o que corresponde, cerca de 22,8% e 13,1% do total de indivíduos vivendo na região, respectivamente.

A população total da região equivale a 6,6% do total estadual (45.919.049 moradores). Além disso, seu crescimento populacional em anos recentes (1,0%), foi significativamente superior ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (0,83%) e a 8º entre as demais regiões paulistas.

Em termos da estrutura etária, verifica-se distribuição diferenciada na comparação região-estado em ambos os sexos, com maior predominância de mulheres jovens (0 a 45 anos) e sub-representação das mulheres acima dos 45 anos de idade, padrão que se repete também para os homens, com predominância na região de homens com até 30 anos de idade

e sub-representação de homens acima dos 40 anos. O padrão mais jovem da população é confirmado pelo índice de envelhecimento na região, o 2º menor do estado.

Complementarmente, tem-se que a razão de sexos (94,6 homens/100 mulheres) é equilibrada à média estadual e a razão de dependência, indica a presença de 43 jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65 anos para cada 100 indivíduos com idades entre 15-64 anos o que também está em consonância com as demais regiões do estado. Entretanto, tais valores decorrem de contextos diferentes, pois o peso dos jovens no grupo de moradores fora de idade ativa é maior nos municípios da região como um todo do que no restante do estado.

A respeito da taxa de fecundidade regional, esta se mostra significativamente acima (1,95 filho por mulher ante 1,68 no estado), é a 1ª dentre todas as 27 regiões paulistas. Distributivamente, a fecundidade atinge ápice entre as mulheres de 20 a 30 anos, padrão semelhante ao estadual. Um menor índice de envelhecimento e a maior taxa de fecundidade tende a ampliar as expectativas com relação a disponibilidade de mão-de-obra em idade economicamente ativa na região.

Por fim, a região apresenta alta sobreposição das curvas de mortalidade com o restante do estado, tanto entre os homens quanto entre as mulheres com ligeira predominância de mortalidade entre os homens e mulheres em todas as faixas etárias, mas principalmente entre os homens entre 20 e 30 anos de idade e entre as meninas de 5 a 10 anos de idade.

Por fim, sobre a mortalidade, a taxa bruta (TBM) regional sofre impacto da maior presença de populações mais jovem na região, o que contribui para que a TBM aferida se situe no patamar de 5,7 óbitos/1.000 habitantes, cerca de 13,1% inferior aos 6,6 óbitos/1.000 habitantes observados no conjunto do estado. O padrão de menor mortalidade na região se repete tanto entre os homens (TBM de 6,5 ante 7,3) quanto entre as mulheres (TBM igual a 4,9 ante 5,9).

Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região de Osasco, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas regionalmente customizadas.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A esse respeito, a região apresenta números



superiores de matrícula por docente em todas as etapas de ensino, sobretudo no ensino fundamental. Pode-se caracterizar a região como um local dependente do ensino público, uma vez que a rede pública concentra, em cada etapa da Educação Básica, não menos do que 77% das matrículas totais. Com relação ao ensino profissional, destaca-se o fato de que a modalidade predominante seja, em termos de matrículas por docente, o curso concomitante ao ensino médio.

Quanto ao IDEB, dados do ano de 2017 mostram que 93,3% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, o percentual está acima do apresentado pela média estadual de 85% dos municípios. Em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, 26,7% dos municípios estavam abaixo da meta, percentual equivalente ao restante do estado.

Os dados mais recentes do IDEB (2019) demonstram que o percentual de municípios na região abaixo da meta aumentou para os anos iniciais do ensino fundamental (53,3% ante 26,7) e se manteve estável para os anos finais (93,3%) e que a situação da região é pior do que as demais regiões do estado, sobretudo com relação aos anos finais do ensino fundamental. Apesar disso, a média do IDEB da região registrou melhora em relação aos anos finais do

ensino fundamental (5,1 ante 4,8), resultado este equiparado a média estadual, e ao ensino médio (4,4 ante 3,9), resultado superior à média estadual.

Por fim, o ensino superior é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a negócios, administração e direito (49% ante 31% no estado) e computação e tecnologia da informação (10% ante 5%). A região possui 29 instituições de ensino superior (5 públicas e 24 privadas), sendo 1 centro universitário e 28 faculdades.

2.3 Características da área de saúde

Os 15 municípios da região respondem por cerca de 4,0% (ou 3.491) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. A região se mostra subrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (6,6%, ou 3.052.050 habitantes).

Na comparação com o restante do estado, nota-se ênfase na rede ambulatorial de atenção básica, que representa quase a metade dos estabelecimentos de saúde na região (41,2%). Tal participação, se mostra superior ao índice estadual (33,0%), o que se repete para os



demais estabelecimentos da rede ambulatorial de alta complexidade e hospitalar em geral, seja no conjunto de estabelecimentos de média complexidade seja naquele de alta complexidade. Com relação às unidades ambulatoriais de média complexidade vale ainda enfatizar que quase a totalidade das 909 existentes na região – 1.862 unidades, ou 99,3% delas – se refere a equipamentos das redes municipais de saúde, padrão consonante ao observado no conjunto do estado (99,3%).

Apesar da boa oferta de estabelecimentos de saúde quando comparada às demais áreas do estado, a região de Osasco se mostra subequipada quanto à disponibilidade, por 100.000 habitantes, de ventiladores pulmonares (-33,3%) e leitos de internação em UTI (-57,8%), o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19.

As causas mais comuns de internação na região foram gravidez, parto e puerpério, doenças do aparelho digestivo e doenças do aparelho circulatório. Deve-se destacar ainda a participação de doenças do olho e anexo que embora represente somente 4,1% do total de internações na região encontra-se em um patamar 110% superior em comparação as demais regiões do estado.

O perfil de mortalidade segue padrão diferente do perfil de internações, marcado por alta participação das doenças do aparelho circulatório, neoplasmas e doenças do aparelho respiratório. Soma-se a essas causas os acidentes e violência como quarta causa *mortis* mais frequente, sua participação é cerca de 10% superior ao percentual apresentado pelo restante do estado, o que pode ser explicado pela sobremortalidade entre os homens na faixa etária dos 20 aos 30 anos.

2.4 Características da Assistência Social

No geral, a região apresenta volume de equipamentos de serviços públicos inferior à sua representação populacional, exceto com relação aos centros de referência especializados para população em situação de rua (Centro POP). A região possui 67 CRAS e 13 CREAS respondendo por cerca de 5,9% e 4,4%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no estado e 227 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência. Existem 54 Unidades de Acolhimento, que é o equipamento público responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Entre as 306.695 famílias cadastradas no Cadastro Único (7,3% do total estadual), a região possui um perfil diversificado que abrange famílias em situação de rua, catadores de materiais recicláveis e famílias de agricultores familiares. Em nenhuma dessas classificações a região de Osasco apresenta participação maior do que as demais regiões do estado. A constatação desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

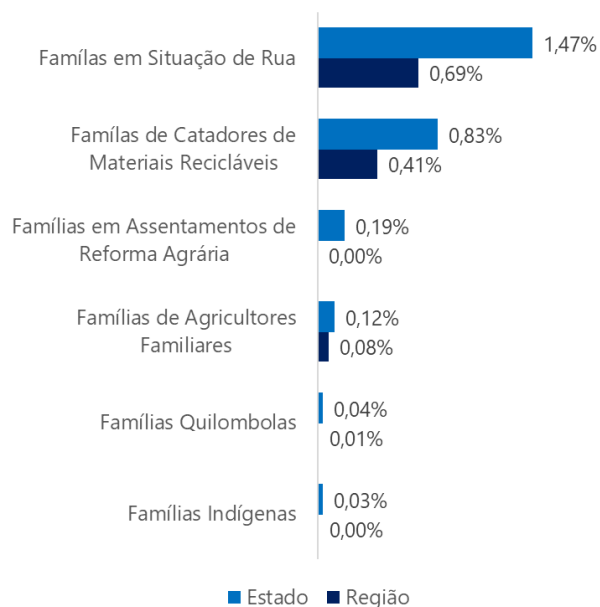


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação ao CadÚnico e à pobreza, a região de Osasco possui 13,3% a mais de cadastrados

que a média das demais regiões. A situação da extrema pobreza é, comparativamente mais crítica, uma vez que o contingente populacional vivendo em tal situação de vulnerabilidade é 25,2% superior na região ante o Estado de São Paulo.

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos da região recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família (9,3% das famílias). A região ocupa posição superior (4º lugar) no ranqueamento das regiões paulistas segundo as maiores parcelas populacionais beneficiárias do auxílio. Isso indica maior vulnerabilidade socioeconômica quando comparada às demais regiões paulistas.

Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia de COVID-19, é o auxílio emergencial. Osasco ocupa a 3ª posição no ranqueamento dos maiores beneficiados pelo programa, uma vez que 10,0% da sua população é recebedora do auxílio emergencial (ante média estadual de 9,0%).

A região apresenta, tanto para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quanto para o Índice Paulista de

Responsabilidade Social (IPRS)², níveis ligeiramente inferiores, principalmente para a dimensão educação.

Quanto à classificação dos municípios por grupos de IPRS, existe concentração nos grupos desiguais nos quais também se encontra a maior parte da população. Entretanto, a população residente em municípios classificados como vulneráveis é inexistente.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

A análise do PIB revela certa disparidade entre os indicadores regionais com os do Estado e das demais 27 regiões. Ademais, um olhar sobre o PIB intrarregional evidencia que os municípios pertencentes à região de Osasco apresentam diferenças, com certas localidades podendo ser consideradas ricas e outras pobres. Tal discrepância indica que o desempenho econômico relativamente acima da média na região como um todo não pode ser explicado por fatores geográficos, o que demonstra o potencial de crescimento da região, caso municípios com baixa geração de

riqueza tenham atividades que alavanquem sua produtividade.

Com PIB *per capita* de 138,5% do valor médio do estado, verifica-se que Osasco corresponde a 2ª região com maior desenvolvimento econômico estando atrás apenas de Jundiaí.

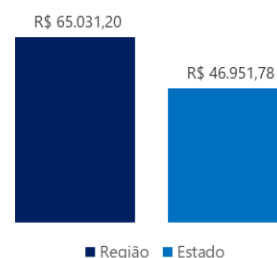


Figura 3: PIB per capita na região de Osasco em comparação com a média estadual

A maior diferença na comparação região-estado é observada na representatividade do setor de comércio e serviços para o PIB regional (+17,2%), demonstrando a vocação da região para esta atividade econômica, que tende a gerar maiores valores de PIB *per capita*. Além da vocação para comércio e serviços, se observam índices moderados de industrialização na região (13,7% do PIB), embora em patamar inferior àquele observado no restante do estado (21,2%). Por fim, chama

² O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é formado por três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e 5 tipologias para

municípios: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis social. Maiores detalhes em < <http://www.iprs.seade.gov.br> >

a atenção a baixa representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB regional, o que indica a existência de maior participação da iniciativa privada no desenvolvimento econômico da região.

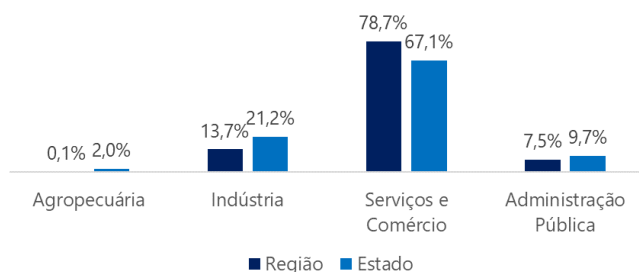


Figura 4: Composição do PIB setorial na região de Osasco em comparação com o restante do Estado

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise da composição dos estabelecimentos por porte e vínculos formais é possível compreender que a região de Osasco possui maior participação de médias e grandes empresas quando comparada ao restante do estado, o que também se verifica na participação no total de vínculos formais. Essa é uma característica importante uma vez que nas demais regiões do estado predominam os vínculos empregatícios entre as micro e pequenas empresas.

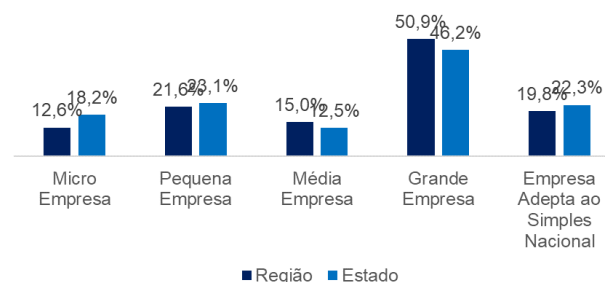


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Osasco em comparação com o restante do Estado

Por se tratar de uma região com maior desenvolvimento econômico, o rendimento médio dos trabalhadores é superior àquele observado no restante do estado, exceto para as grandes empresas. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores recebem o equivalente a 99,8% da média estadual. A região de Osasco é a 4ª entre as com maiores rendimentos médios, condizente com os resultados verificados para o PIB *per capita* na região (2º maior do estado).

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está em nível intermediário, quando comparado às demais



regiões do Estado. Para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos há 370 vínculos formais (13ª posição), o que pode indicar maior informalidade frente as demais regiões. Apresenta uma situação parecida com relação ao número total de MEI's para cada 1000 habitantes, localizada na 14ª colocação no ranking regional. Embora não seja possível determinar com precisão o nível de informalidade na região, é possível constatar que há espaço para avanços, tanto em relação a geração de vínculos formais de emprego quanto em relação a formalização da atividade empreendedora.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador ao sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do estado foi aferido o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região apresenta 86 MEIs registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos e se situa em nível relativamente mais baixo (14ª colocação) quando comparada as demais 27 regiões. Este indicador variou entre 78 para na região de Barretos até 100 na

região do município de São Paulo (Capital Leste e Capital Sul).

A análise dos setores produtivos com base no número de vínculos formais por atividade produtiva, confirma que há vocação para o setor de comércio e serviços e para a indústria. A atividade de maior destaque comparativo é a produção de energia elétrica e gás natural (+266,6%), responsável por 1,1% do total de vínculos formais na região, mas por apenas 0,3% no conjunto do Estado de São Paulo. Outra atividade que merece destaque é a fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, responsável por 1,5% do total de vínculos formais cuja sobrerrepresentação também é significativamente superior ao restante do estado (+200,0%).

Outras atividades do setor de serviços que apresentam sobrerrepresentação ante o conjunto do estado são (i) a impressão e reprodução de gravações, (ii) outras atividades profissionais científicas e técnicas e (iii) desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação. Outras atividades administrativas e serviços complementares também representa uma atividade importante dada a grande participação no total de vínculos empregatícios (16,7%). Nota-se, pois, que, com exceção da produção de energia elétrica e gás natural, a indústria química é aquela de maior



destaque regional em comparação a média estadual.

A presença de atividades de produção cultural, científicas e administrativas indicam maior complexidade do setor de comércio e serviços e pode estar relacionada a ampla participação de médias e grandes empresas na atividade econômica da região.

3.4 Atividades econômicas

Na região existe grande participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas (61,6%), que em sua maioria aderem ao programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal (Pronaf). Entre os 719 estabelecimentos agrícolas registrados nos 15 municípios da região de Osasco, 282 (39,2%) aderiram ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), número 15,9% superior ao restante do estado (33,8%).

Embora a atividade agrícola não possua grande representatividade dentre as principais atividades econômicas da região, a análise do tipo de produção predominante pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo. As atividades que mais se destacam são a horticultura e a floricultura (65,9%), esta com representatividade significativamente superior ao estado; a

pecuária (24,1%), embora seja a segunda atividade com maior participação regional apresenta percentual inferior ao restante do estado. Outra atividade que merece destaque é a aquicultura, responsável por apenas 1,3% dos estabelecimentos agrícolas, mas cuja participação é 225,0% superior à média estadual.

A agropecuária é a atividade que menos se destaca na composição do PIB regional estando o comércio e serviços e a indústria entre as principais atividades econômicas. Nesse contexto, destacam-se os serviços administrativos, científicos e tecnológicos e o desenvolvimento de sistemas. Em relação as atividades industriais, a indústria química é a que mais se destaca.

3.5 Associativismo e assessoria técnica para estabelecimentos

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas cerca de 25,9% aderem a algum tipo de associação, em especial as entidades de classe (50,5% dos estabelecimentos associados) e as cooperativas (40,9%). A associação entre os estabelecimentos desse tipo ainda se encontra em patamar inferior as demais regiões do estado o que coloca a Osasco na 19ª posição no ranqueamento estadual.

Quanto à assistência técnica, 29,5% dos estabelecimentos agrícolas têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria (51,9% do total) e as oferecidas pelo Governo (19,3%). É importante ressaltar, ainda, a alta participação de outros tipos de consultoria (14,6%) e a baixa participação da assessoria proveniente das cooperativas, (15,1%) bem como do Sistema S (0,2%), o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar com menores possibilidade de acesso a uma assessoria privada.

3.6 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico a situação no Estado de São Paulo é a seguinte: (i) aumento da taxa de desocupação, (ii) estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), (iii) redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, (iv) redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, (v) aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, (vi) redução da Taxa de Informalidade e (vii) impactos

negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Na região de Osasco, os dados para o período de janeiro a julho de 2020 revelam que houve perda de 21.001 vagas formais. Vale ressaltar que o momento de maior supressão de empregos no ano se deu em abril (-15.620). A partir de julho houve aumento gradual nos saldos mensais de contratações, o que atenuou a perda de empregos observada.

Estruturalmente, tem-se que as MPEs foram mais afetadas (-7,4%), mesmo que em menor proporção do que a média estadual (-10,7%), enquanto o nível de empregos se viu menos impactado nas empresas médias e grandes tanto na região (-4,8%), como no estado, entretanto em número maior (-2,9%). No contexto geral, o perda de empregos na região apresenta-se equiparada ao restante do estado, o que pode ser explicado em grande parte pela participação expressiva do setor de comércio e serviços, setor que foi mais afetado pela diminuição da circulação de pessoas durante a pandemia.

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A receita *per capita* de Osasco localiza-se na 10ª posição dentre as regiões de articuladores

analisadas, em nível 3,7% abaixo da média estadual (R\$ 3.346,25 ante R\$ 3.910,65) e com grande heterogeneidade entre os 15 municípios. Por sua vez uma característica comum às cidades da região é a dependência de receitas obtidas por meio de transferências, com maior participação no total do que as receitas próprias. Apesar disso, o conjunto das 15 cidades apresentam participação 6,6% maior das receitas próprias do que a média do Estado de São Paulo.

Embora a região apresente um dos PIBs mais altos do estado, a arrecadação não segue padrão semelhante ao equiparar-se as demais regiões de articuladores. É importante investigar as causas dessa disparidade e se eventuais programas de isenção tributária estariam comprometendo a prestação de serviços públicos na região.

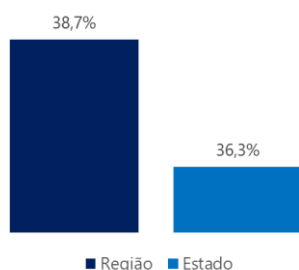


Figura 6: Participação Da Receita Própria

Cabe ressaltar que, ao discutir a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, o percentual de

transferências estaduais foi maior do que o percentual de transferências federais. Esse padrão é semelhante ao restante do Estado de São Paulo.

Do ponto de vista das despesas a região de Osasco tem um valor de gastos *per capita* (R\$ 2.907,87) 12,4% inferior ao restante do estado de São Paulo (R\$ 3.317,68), algo condizente às menores receitas por habitante da região. Em comparação às demais regiões, as despesas per capita se situam em patamar mais alto (10ª posição). Na análise do perfil de gastos, percebe-se maiores gastos em educação e saúde do que o conjunto paulista. A região possui por outro lado, um menor percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida (RCL) que a totalidade do estado. Isso exerce impacto direto na classificação dos municípios segundo o respeito aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Vale destacar, que 13 dentre os 15 municípios estão em conformidade à LRF, enquanto 1 se encontra acima do limite prudencial (54% da RCL destinadas a gastos com pessoal) e 1 acima do limite máximo (60% da RCL).

Os indicadores de capacidade de pagamento (CAPAG) municipais mostram que a região possui proporções de municípios com nota CAPAG nos níveis A (33,3%) significativamente

superior às demais áreas do estado (9,9%). Entretanto, as notas de liquidez indicam um possível gargalo para uma melhor saúde fiscal dos municípios da região.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

Existe enorme discrepância na sua implementação, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatória tende a gerar maior implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e assistência Social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou estão sujeitas a menores incentivos federais (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O consorciamento pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Vale ressaltar que esse padrão é observado em âmbito estadual e também na região de Osasco. O mesmo raciocínio por trás dos consórcios em saúde, existiria na área de manejo de resíduos sólidos. Assim sendo, deve-se investigar por que para resíduos sólidos o número de consórcios é mais reduzido, uma vez que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União devem estar consorciadas. Apesar disso, a região de Osasco apresenta consorciamento muito superior (40% ante 16%) nesta área em comparação as demais regiões do estado.

Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam números menos promissores, como ocorre com a educação, o que não se verifica na região de Osasco. Ponto de destaque é o elevado percentual, embora reduzido em termos absolutos, de cidades consorciadas em todas as áreas, sobretudo na área de desenvolvimento urbano (60% ante 37%).

Cerca de 60% dos municípios da região participam de ao menos 1 consórcio, de forma que ela é classificada na 14ª posição com taxas



mais elevadas nesse quesito. Nessas circunstâncias, a região de Osasco possui, de forma geral, uma propensão intermediária ao consorciamento, ao menos para o agregado das áreas de políticas públicas analisadas. Um indicador desse tipo pode servir de referência para a atuação do SEBRAE-SP visando identificar quais estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

No caso da Lei Geral, ressaltando-se a defasagem dos dados (atualizados em 2014), há maior adesão na região de Osasco ante o conjunto do Estado de São Paulo (+64,1%). O mesmo não ocorre a respeito da Via Rápida Empresa (-13,0%), entretanto em relação aos demais instrumentos de gestão a região apresenta situação melhor em comparação ao restante do estado com maior presença do conjunto de Sala do Empreendedor e SEBRAE Aqui. Em relação a implantação de Políticas de Desenvolvimento a região apresenta resultado ligeiramente inferior ao estado. O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para que o SEBRAE-SP oriente suas ações de assessoria técnica na região visando a melhorar sua performance, pois as médias

estaduais parecem indicar que há espaços para tanto.

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 27 do restante do estado, os dados revelam que Osasco se encontra em patamar superior com relação a implementação da lei geral, sala do empreendedor e presença do Sebrae Aqui. Por outro lado, encontra-se em patamar inferior com relação a Via Empresa Rápida (20ª). Esses tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

Nos demais instrumentos de gestão local – uso do poder de compras, desburocratização e presença dos agentes de desenvolvimento - a situação da região é melhor do que o restante do estado figurando nas 7ª, 3ª e 3ª colocações, respectivamente, no ranking estadual. Na Rede Simples, a região ocupa uma posição melhor no nível intermediário em relação à média estadual e mais atrasada no nível básico.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e



cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença de mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de

coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, mostra-se relevante que o SEBRAE-SP contribua na capacitação das prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que exista a possibilidade de sua expansão uma vez que 25% das prefeituras não organizam feiras municipais. Para tanto,



deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para a avaliação da viabilidade de incentivos nessa direção. Essa é, portanto, mais uma área de atuação que se abre ao SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária relativa às compras governamentais, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do site da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras e há alta frequência a cursos de atualização e de capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de Osasco, há indicativo de maior uso do instrumento da concorrência em comparação ao estado. A dispensa da licitação, apesar de menor, aponta espaço para evolução no processo de compras. Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação é possível constatar o alto índice de uso do pregão eletrônico, o que é positivo, no entanto as compras realizadas por dispensa de licitação encontram-se em nível muito superior à média estadual. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera estadual para aquisição de alimentos, uma vez



que o índice regional para este tipo de compra é significativamente inferior à média estadual.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa primária de inclusão produtiva mostrou um universo de respondentes diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades

existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas.



Resta saber se a causa é um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região de Osasco, a maioria das cidades não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área. Todas as cidades da região apresentam ações de inclusão no que diz respeito a geração de trabalho e renda. No campo das ações de inclusão produtiva rural, apenas 13% dos municípios desenvolvem algum tipo de ação, em sua maioria quando o fazem, investem em ações de fomento a atividades produtivas, incentivo ao crédito, ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas, aquisição de alimentos pelos programas PAA e PNAE, ações de fomento a empreendimentos coletivos rurais,

e assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos rurais.

As iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra são desenvolvidas por todos os municípios. Com relação a inclusão produtiva, 53% dos municípios desenvolvem ações nessa área em que predominam o fomento a empreendimentos individuais urbanos, ações de assistência técnico-gerencial e fomento ao artesanato.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, apenas 1 cidade da região não desenvolve esse tipo de ação. Destaque para o fato de quase todas as cidades com atuação nessa área disporem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, é muito menos usual a existência de ações de microcrédito produtivo, ainda que a realidade na região seja significativamente melhor do que no restante do estado.

Por fim, as ações de geração de trabalho e renda também estão presentes em todos os municípios da região. O foco das ações está no apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Osasco, mostram que

se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo, sobretudo, no caso de Osasco, em relação as ações de inclusão produtiva rural, o que indica espaço de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de Osasco é expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Inicialmente, há que se ressaltar que todas as análises apresentadas ao longo deste relatório tomam por base uma região que contempla uma quantidade pequena de municípios, mas expressiva quanto à participação de sua população no total paulista (3.052.050 habitantes, ou 6,6% do total). Distributivamente, a população se encontra concentrada em seus dois maiores municípios – Osasco e Carapicuíba – onde vivem 36,0% dos moradores da região.
2. Importância de considerar-se a alta participação de municípios de médio porte na região (53,3% de 100.000 a 200.000 habitantes), o que possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica.
3. População com um nível de envelhecimento significativamente abaixo da média estadual (-33,9%) e taxa de fecundidade superior (+16,0%) são indicativo de que o processo de transição demográfica, caracterizado pela substituição de níveis altos de fecundidade e mortalidade por níveis mais baixos, ainda não ocorre na região. Tais características afetam a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional com maiores gastos em educação e assistência social.
4. Em termos da estrutura etária, a razão de dependência calculadas para a região de Osasco é equivalente ao restante do estado. Assim sendo, verifica-se sobrerrepresentação regional entre homens e mulheres jovens (0 a 30 anos) e subrerrepresentação entre os grupos mais velhos tanto de homens quanto de mulheres acima de 40 anos. Tal característica não é irrelevante porque enquanto os idosos não

mais voltarão a ser considerados membros do grupo em idade ativa, os jovens passarão a sê-lo tão logo alcancem os 15 anos de idade e, com isso, sejam considerados, para fins estatísticos, aptos a integrar a força de trabalho.

5. Educação básica majoritariamente pública, mas com necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos de docentes, comparativamente sobrecarregados com mais alunos que a média estadual em todas as etapas do ensino.
6. Qualidade do ensino é um tema relevante, os dados mais recentes do IDEB de 2019 demonstram que houve melhora em relação aos dados de 2017 nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Entretanto, a participação dos municípios com notas do IDEB abaixo da meta aumentou significativamente, resultado pior em comparação ao restante do estado. A região apresenta maior disposição ao consorciamento nesta área e sua ampliação pode ser uma saída oportuna, visando a realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).
7. O ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a negócios, administração e direito (+58,0%) e computação e tecnologias da informação (+100,0%). É importante que se implementem políticas que aproveitem esse capital humano qualificado como indutor do desenvolvimento econômico regional.
8. Estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de atenção básica (+24,8%). Entretanto, a região se mostra subequipada na disponibilidade de respiradores e leitos de internação hospitalar em UTI, o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19. A saúde pública parece ser uma área com desafios maiores, ainda mais considerando que a demanda deverá crescer no cenário pós-pandemia. O consorciamento se destaca como resposta essencial a ser construída ou aprofundada no enfrentamento dessa questão.
9. Os maiores descompassos região-estado nos indicadores de internação e mortalidade ocorrem para dois grupos de enfermidades. Por um lado, doenças do olho e anexos a

despeito de terem maior incidência de internações na região (+105,0%), não responderam por nenhuma morte no período. Por outro lado, mortalidade decorrente de acidentes e violência são maiores na região (+10,0%) em comparação ao estado, o que poderia ser parcialmente explicado pelo perfil de sobremortalidade apresentado para a população masculina nas faixas etárias dos 20 aos 40 anos, comparativamente ao estado.

10. Vulnerabilidade social comparativamente maior em termos de população vivendo em extrema pobreza e IDHM ligeiramente inferior à média estadual. Entretanto, PIB *per capita* da região se encontra em patamar acima da média estadual.
11. Há concentração de municípios nos grupos classificados pelo IPRS como desiguais, o que também corresponde a maior parte da população residente na região, entretanto, não apresenta municípios classificados como vulneráveis.
12. Assistência social se encontra pior posicionada no quesito oferta de equipamentos públicos em comparação ao percentual de participação regional na população total do estado. A partir da

análise da extrema pobreza, tem-se que a vulnerabilidade social se encontra em nível superior em relação as demais regiões do estado. Tanto a penetração do programa Bolsa Família quanto do auxílio emergencial são ligeiramente superiores, quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo. Diante deste cenário, as políticas de inclusão produtiva podem ser um importante instrumento para combate à pobreza.

13. Existe disparidade econômica regional, o que indica que programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.
14. Economia regional com forte presença das atividades de comércio e serviços (78,7%), tal participação se mostra superior (+17,2%) àquela evidenciada pela média do conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, está em situação de inferioridade ante a média paulista nos setores de agropecuária (-95,0%) e da administração pública (-

22,8%) e igualmente inferior, mas ainda assim com uma participação importante, na indústria (-35,3%). A compatibilização das vocações na área de comércio e serviços e industrial, evidenciadas pela comparação região-estado, revela possíveis caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento e potencializar e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

15. No campo do desenvolvimento econômico, a região é vocacionada sobretudo ao setor de comércio e serviços. Destaque para atividades administrativas e serviços complementares, desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação e outras atividades profissionais, científicas e técnicas. Apesar de exibir uma participação menor da indústria no PIB em comparação as demais regiões do estado, ainda assim o setor representa uma importante atividade econômica na região, com destaque para a produção de energia elétrica e gás natural e para a indústria química.
16. Participação maior de MEIs do que a média estadual no setor de comércio e serviços, mas proporcionalmente inferior na indústria. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão-de-obra

podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir amplo espaço para incremento da oferta de cursos e atividades de educação profissional.

17. Informalidade em nível intermediário na região comparativamente ao restante do Estado, porém ainda com potencial de redução tanto através da geração de vínculos formais de emprego quanto da formalização da atividade empreendedora.
18. Região caracterizada por baixo associativismo entre produtores rurais (9ª menor taxa do estado). O patamar de 25,9% de associativismo mostra existir caminho aberto para incentivar esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP seja pelos governos locais.
19. A baixa penetração da assessoria técnica (29,5% dos estabelecimentos agrícolas) é ainda mais desafiadora para a agricultura familiar, a qual apresenta menores possibilidades de acesso à assessoria privada, justamente a principal fonte provedora de apoio técnico às atividades agrícolas observadas na região (51,9%).

20. Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPEs. A região foi afetada tanto quanto o restante do estado do Estado de São Paulo. Isso é possivelmente explicado pela maior importância regional das atividades de comércio e serviços, mais afetadas pela situação sanitária. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.
21. Gestão fiscal dependente de transferências intergovernamentais e com predominância de receitas advindas do governo estadual, assim como a maioria do restante do Estado de São Paulo. Devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.
22. Embora a região apresente o 2º maior PIB do estado, a arrecadação não segue padrão semelhante ao equiparar-se as demais regiões de articuladores. É importante investigar as causas dessa disparidade e se eventuais programas de isenção tributária estariam comprometendo a prestação de serviços públicos na região.
23. Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge apesar de a região gastar ligeiramente menor do que a média estadual (-2,3%). O gasto com pessoal exerce pressão direta sobre a conformidade dos municípios aos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal na qual a maioria dos municípios da região encontra-se em conformidade. Apesar disso, modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.
24. Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números são bem mais modestos. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.
25. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente

de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.

26. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP.
27. O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Em todas as áreas, a taxa regional supera a estadual, com destaque para o desenvolvimento urbano, significativamente superior ao restante do estado o que demonstra uma maior disposição ao consorciamento entre os municípios da região. Ainda assim, reforça-se a importância do SEBRAE-SP na oferta de apoio técnico para a instalação de consórcios e para capacitar as prefeituras para que sigam atuando e ampliem suas iniciativas como alternativa de geração de emprego e renda e de melhoria na oferta de seus serviços.
28. A presença expressiva de associações, cooperativas e grupos informais também indica a existência de espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.
29. Em relação as compras governamentais, a região de Osasco se destaca pelo maior uso da concorrência e do pregão, mas há espaço para evolução, em especial devido ao índice de compras destinados à educação realizadas por meio de dispensa de licitação. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera estadual para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.
30. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária



mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.

31. Ações de inclusão produtiva, seja considerando-se a opinião média dos municípios paulistas, seja baseando-se em dados secundários da região de Osasco mostram que se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, mesmo que existam diferenças nos níveis de adoção das ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não dispõem de estudos ou diagnósticos sobre os desafios dessa área nem é desprezível o contingente daqueles em que tais ações não figuram como políticas públicas, sobretudo em relação as ações destinadas a inclusão produtiva rural. Dessa forma, há ainda espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de fomentar e qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.